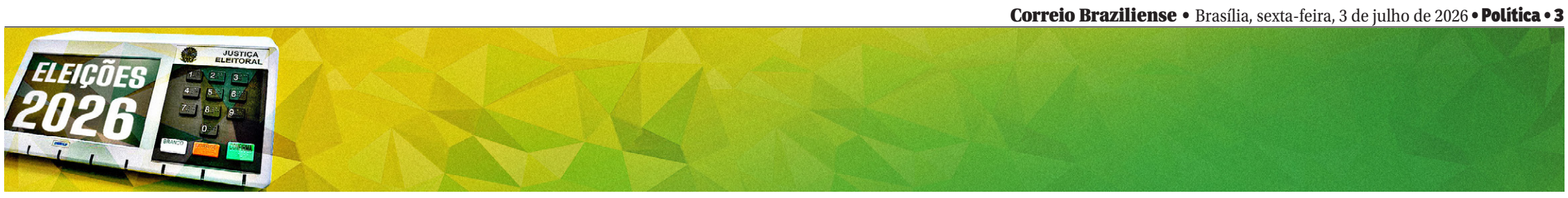

Lula e lei eleitoral: "Papagaiada"

Presidente critica restrições do calendário das eleições, que veda participação de pré-candidatos em inauguração de obras a partir de amanhã

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou as restrições impostas pela legislação eleitoral que impedem agentes públicos de participar de inaugurações de obras no período que antecede o pleito. A partir de amanhã, conforme regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pré-candidatos que ocupam cargos públicos ficam proibidos de participar de entregas e inaugurações oficiais (leia reportagem ao lado).

A declaração ocorreu durante a inauguração do Túnel Major Sales, em Luís Gomes (RN), estrutura que compõe o Projeto de Integração do Rio São Francisco e possui 6,5 quilômetros de extensão, conectando a Paraíba ao Rio Grande do Norte. Lula afirmou que continuará visitando obras, mas sem participar de atos oficiais de entrega.

"A partir de amanhã, não posso inaugurar mais obra por causa das eleições, mas posso visitar. Então, eu vou voltar para visitar universidade, faculdade de medicina. Eu vou voltar para ver outras obras. Mas fazer a visita sem poder falar nada, só visitando assim... papagaiada desgraçada", disparou.

Quando apoiadores passaram a gritar o nome de Cadu Xavier, pré-candidato do PT ao Governo do Rio Grande do Norte, Lula desconversou, em tom de brincadeira, para evitar associar a agenda oficial à disputa eleitoral. "Não conheço o Cadu. Não conheço essa pessoa que vocês estão gritando o nome. Não sei se é daqui, mas já que vocês querem gritar, gritem."

Apoio

Apesar de evitar referências ao petista durante a solenidade, Lula declarou apoio à candidatura de Cadu Xavier em entrevista ao portal Agora RN, publicada ontem. "Temos uma chapa muita boa para o Rio Grande do Norte, encabeçada pelo Cadu Xavier, que concorre ao governo pelo PT com todas as condições de dar continuidade ao trabalho que vem sendo conduzido pela companheira Fátima Bezerra, e temos também ótimos candidatos ao Senado", avaliou. "Até agosto, poderemos fechar todas as alianças, mas tenho certeza de que construiremos um grande time para disputar a bancada estadual e federal, mesmo que, muitas vezes, a dinâmica da política local não seja igual à da disputa nacional", disse.

À tarde, em Quixeramobim (CE), durante cerimônia de entregas e anúncios relacionados à Ferrovia Transnordestina, Lula voltou a tratar do defeso eleitoral. O presidente afirmou que o governo federal vai concentrar esforços em uma série de entregas e anúncios antes do início das restrições impostas pelo calendário eleitoral. Segundo ele, a programação inclui ações nas áreas de educação, saúde e habitação, com a inauguração de escolas, institutos federais, hospitais e unidades do programa Minha Casa, Minha Vida.

"Será o último dia que tenho para entregar obras antes das restrições da legislação eleitoral. Por isso, realizaremos muitos anúncios e entregas de escolas, institutos federais, hospitais e unidades do Minha Casa, Minha Vida a partir do Palácio do Planalto", disse. O presidente acrescentou ainda que pretende visitar o Cinturão das Águas, no Ceará, e fez uma referência ao futebol ao comentar expectativas para o país. Os anúncios serão feitos hoje a tarde no Palácio do Planalto, em Brasília.

No evento, o chefe do Executivo também comentou a relação com o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Ele destacou a atuação do aliado e fez elogios à parceria administrativa. "Trabalhar com o governador Elmano é prazeroso. Ele possui algo que falta muito na classe política: a humildade. Ele é competente e não é arrogante. Peço a Deus que estejamos juntos em janeiro do ano que vem, pois será bom para o Ceará e para mim", afirmou.

Ricardo Stuckert / PR

Em Quixeramobim (CE), o presidente Lula participou de cerimônia de entregas e anúncios relacionados à Ferrovia Transnordestina

> **A partir de amanhã, não posso inaugurar mais obra por causa das eleições, mas posso visitar. Eu vou voltar para ver outras obras. Mas fazer a visita sem poder falar nada, só visitando assim... papagaiada desgraçada"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

Igualdade na disputa

» IAGO MAC CORD

A partir de amanhã, exatos 90 dias do primeiro turno das eleições, entram em vigor as principais restrições legais para agentes públicos federais, estaduais e municipais. O período de defeso eleitoral se estende até 25 de outubro e visa assegurar a isonomia e a igualdade de oportunidades entre os candidatos, proibindo condutas que possam desequilibrar o pleito.

Estará proibida, por exemplo, a veiculação de publicidade institucional que envolva atos, programas, obras e serviços de órgãos públicos ou de entidades da Administração Pública Indireta.

A restrição engloba, também, o uso de nomes, slogans, símbolos, expressões ou imagens que permitam identificar autoridades ou governos cujos cargos estejam em disputa. Há proibição, ainda, da prática do "enaltecimento", configurada quando o conteúdo divulgado destaca resultados como se fossem uma conquista, ou trabalha para construir uma imagem positiva da atual gestão.

Por outro lado, o texto legal ressalva algumas exceções às regras de comunicação. Seguem permitidas as propagandas de produtos e serviços que atuem sob concorrência direta no mercado, a exemplo de anúncios de bancos estatais, bem como campanhas publicitárias em casos de grave e urgente necessidade pública, desde que previamente chanceladas pela Justiça Eleitoral. Além disso, conteúdos de caráter meramente informativo ou voltados ao serviço ao cidadão continuam autorizados.

No ambiente virtual, o regramento exige que os órgãos públicos revisem seus sites e redes sociais até esta sexta-feira com o objetivo de excluir qualquer elemento de identificação de autoridades.

JUSTIÇA

Aposta em outra negativa de extradição

» ALÍCIA BERNARDES

A defesa da ex-deputada federal Carla Zambelli afirmou, ontem, que espera a rejeição definitiva do pedido de extradição para o Brasil, após a decisão da Suprema Corte italiana de anular a autorização concedida anteriormente e determinar um novo julgamento do caso.

Em nota, os advogados disseram confiar que a reanálise será conduzida por um colegiado "isento" e resultará na negativa da extradição.

Segundo a equipe jurídica, a decisão da Corte de Cassação de Roma representa uma "importante vitória jurídica internacional". Os advogados sustentam que a Corte acolheu integralmente o recurso apresentado pela defesa e reconheceu irregularidades na tramitação do processo pela 4ª Câmara Criminal da Corte de Apelação de Roma.

"Com a garantia de um novo julgamento por um colegiado isento, o pedido de extradição será, ao final deste trâmite, definitivamente negado", sustentaram.

A decisão da Suprema Corte italiana foi proferida na quarta-feira. A instância máxima da Justiça do país anulou a autorização para a extradição e determinou que o processo retorne à Corte de Apelação de Roma, onde será analisado por um novo colegiado.

O processo envolve a condenação de Zambelli no Brasil, a cinco anos de prisão, por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, após perseguir um homem empunhando uma arma na véspera do segundo turno das eleições de 2022.

A defesa argumenta que as decisões anteriores apresentaram "diversos vícios processuais" e não garantiram um julgamento justo à ex-parlamentar. A nota é assinada pelos advogados Fábio Pagnozzi, no Brasil, e Pieremilio Sammarco, na Itália, que defendem que o novo julgamento deverá corrigir as falhas apontadas durante a análise anterior.

Em resposta, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que ainda não recebeu a íntegra da decisão da Justiça italiana, mas confirmou ter sido comunicada de que o processo retornará à Corte de Apelação de Roma.

Segundo o órgão, a medida mantém em andamento o pedido de extradição formulado pelo Estado brasileiro e permitirá uma nova apreciação das garantias diplomáticas e dos fundamentos jurídicos apresentados ao governo italiano.

A AGU acrescentou que continuará acompanhando o caso em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos envolvidos.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Defesa crava que novo julgamento terá vitória de Zambelli outra vez